

Entre a necessidade social e a saturação

Entidades ligadas à Medicina se dividem quanto à importância e necessidade da faculdade do GDF

Andrea Guimarães
de Brasília

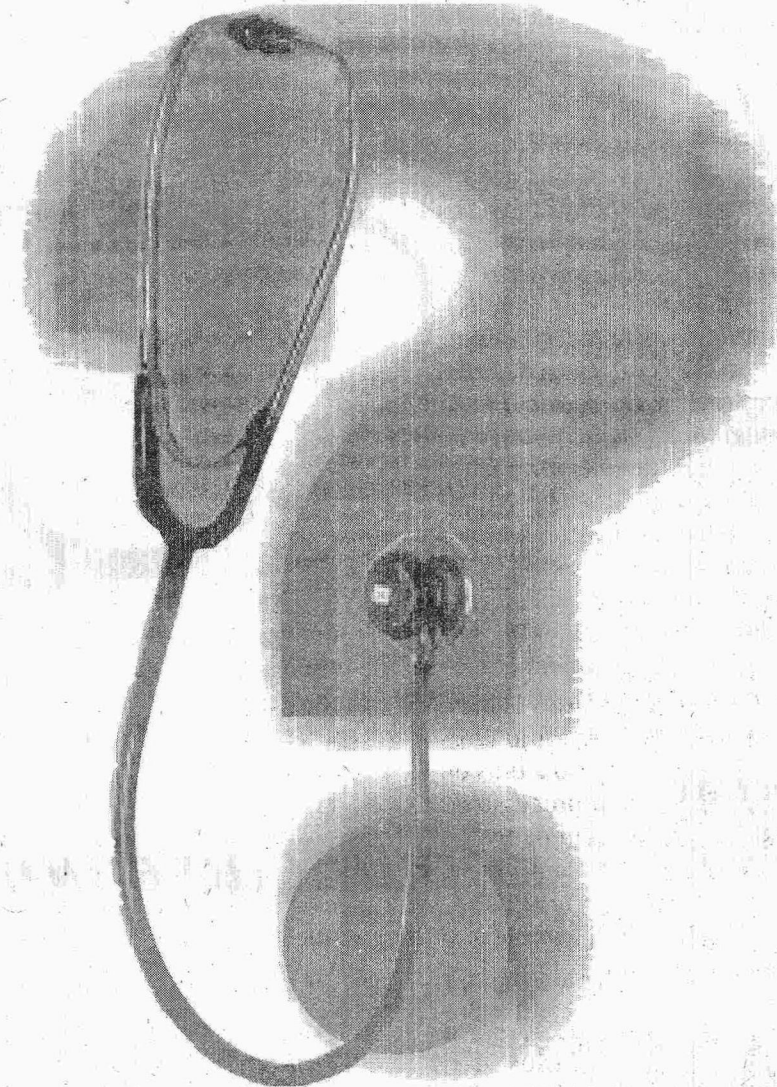
Em menos de um mês, os primeiros alunos da nova escola de Medicina do Distrito Federal começam a entrar em sala de aula. A Fundação de Ensino e Pesquisa em Ciências da Saúde (Fepecs), criada pela Secretaria de Saúde do Distrito Federal, inicia suas atividades no dia 10 de setembro com 80 estudantes e planos para futuros cursos superiores na área de saúde.

Apesar de o Brasil já superar a meta da Organização Mundial de Saúde (OMS) de número de médicos por habitante - temos um para 743, quando a média é um para mil - a nova faculdade chega com o objetivo e grande desafio de formar profissionais voltados para as necessidades do Sistema Único de Saúde (SUS). A formação de recursos humanos para o SUS está prevista na Constituição.

Criticada por muitos e apoiada pelo Conselho Nacional de Saúde, a proposta que causa polêmica também pretende formar médicos com conhecimentos gerais e visão de saúde pública, chamados generalistas ou médicos de família.

Visão integral

Essa visão é defendida pela Direção Executiva Nacional dos Estudantes de Medicina (Denem), sem com isso representar criação de mais vagas. "Nós defendemos que o ensino médico se volte para dar uma visão integral do ser humano e não tratar o paciente apenas como um pedaço doente. Mas queremos que essa mudança chegue a todos os cursos de Medicina do País, não há necessidade social de um maior número de médicos", diz o assessor nacional de Educação e Saúde da Denem, Guilherme Ramos Sens.



O problema, segundo a Denem, é de redistribuição dos profissionais, sendo que muitos se concentram nas grandes cidades, deixando o interior do País desguarnecido. "Os médicos não estão adequados às necessidades da população", afirma Sens. Esse também será o grande problema da nova faculdade e de outras que já funcionam no Brasil com a mesma metodologia: como manter os médicos em atividades junto à população carente, no SUS, com baixa remuneração e condições de trabalho ainda distantes do ideal.

Já para o professor da Universidade de Brasília (UnB), Paulo Sérgio França, que participou do grupo de trabalho que

instituiu a Faculdade de Medicina, em termos de Distrito Federal, a faculdade viria a calhar. "Na década de 70, a UnB formava 1.300 profissionais. Na década de 90, o número de formandos caiu para 630. A população, no entanto, passou de 600 mil para mais de 2 milhões no mesmo período", afirma.

Condições

O primeiro secretário do Conselho Regional de Medicina, Eduardo Pinheiro Guerra, discorda. Para ele, não só a UnB poderia formar mais pessoas por ano, como também o sistema público poderia estar melhor servido se oferecesse boas condições de trabalho.

"Há 25 anos, 90% dos médicos do Distrito Federal estavam em atividade pública. Hoje, dos 6,6 mil profissionais, apenas 2,9 mil estão nos hospitais públicos e postos de saúde. Se o sistema oferecesse boas condições de trabalho o aporte de residentes que o sistema mantém - 600 pessoas -, daria para se suprir", diz Guerra.

Segundo Rosângela Conde Chagas, diretora executiva da Fapecs e diretora interina da Escola Superior de Ciências da Saúde, manter os formados atuando no Distrito Federal será o grande desafio, assim como manter os formados pelo método PBL de outras regiões do Brasil trabalhando com o sistema de saúde pública. Ela acredita que o Ministério da Saúde está pensando nisso. "O ministério tem um programa de interiorização com salários satisfatórios. É um processo de desenvolvimento que terá muitos ganhos futuros", afirma Rosângela.

(aguimara@gazetamercantil.com.br)

■ O Conselho Federal de Medicina (CFM), os Conselhos Regionais e Sindicatos dos Médicos de São Paulo, Brasília e Goiás vão pedir ao Conselho Nacional de Saúde (CNS) que impeça a instalação de novos cursos de Medicina no Distrito Federal. As entidades querem combater o que chamam de indústria do diploma. "Além da faculdade de medicina do GDF, a Unip e a Universidade Católica de Brasília querem abrir mais vagas e não há necessidade de mais médicos", diz o primeiro secretário do CRM/DF, Eduardo Guerra. Segundo o CFM, Brasília tem um médico para cada 303 habitantes, a maior média nacional. Para o SindMédico/DF, a expansão do número de vagas dificulta o controle da qualidade do ensino médico no País.